



GRANDE REPORTAGEM: COMEMORAÇÃO DOS QUARENTA ANOS DAS MULHERES NA MARINHA DO BRASIL

BIG REPORT: CELEBRATING FORTY YEARS OF WOMEN IN THE BRAZILIAN NAVY

DOI: 10.5281/zenodo.8126096

Joselane de Souza da Silva¹

RESUMO: Este projeto, realizado como Trabalho de Conclusão de Curso, refere-se à produção de uma matéria sob o título: Comemoração dos quarenta anos das mulheres na Marinha do Brasil, podendo constituir, no futuro, uma série de matérias sobre o tema. A escolha da trama tem por objetivo trazer a discussão das mulheres na Marinha, estimular outras mulheres a entrarem nas fileiras das Forças Armadas. Além disso, a matéria jornalística apresenta registros de apuração retirado dos livros “Mulheres Militares: Conquistas e Desafios”, de Iára Maria Batista Martins e “A Mulher Militar”, de Raymond Claire.

Palavras-chave: Marinha do Brasil; Mulheres Militares; Jornalismo Literário

ABSTRACT: This project, carried out as Course Completion Work, refers to the production of an article under the title: Commemoration of forty years of women in the Brazilian Navy, which may constitute, in the future, a series of articles on the subject. The choice of plot aims to bring the discussion of women in the Navy, encourage other women to enter the ranks of the Armed Forces. In addition, the journalistic article presents verification records taken from the books “Mulheres Militares: Achievements and Challenges”, by Iára Maria Batista Martins and “A Mulher Militar”, by Raymond Claire.

Keywords: Brazilian Navy; Military Women; Literary Journalism

¹ Bacharel em Jornalismo - Universidade Veiga de Almeida.

1 MODALIDADE

Produção de uma matéria em formato de longa reportagem, trazendo uma linha do tempo dos 40 anos das mulheres na Marinha do Brasil e, traçando também uma breve linha do tempo da força marítima.

2 INTRODUÇÃO

No decurso da década de 70, diversos países começaram a admitir mulheres em suas Forças Armadas as quais passaram a receber uma formação idêntica a dos homens em setores onde era permitida a sua participação. Antes disso, existem literaturas acerca da presença de mulheres nas Forças Armadas desde a II Guerra Mundial as quais prestavam serviços militar na área de saúde e tarefas de apoio em áreas de retaguarda, embora no front russo, muitas delas fossem pilotos de caças e centenas atuassem como guerrilheiras em situações de combate. Após o conflito, a grande maioria foi dispensada por julgarem-nas desnecessárias aquele serviço, embora em alguns países ainda mantiveram estas convocações; no Brasil, a inserção feminina nas forças armadas como militar ocorre tardiamente na década de 80 (DOS SANTOS, 2009).

A inserção feminina na Marinha pode ser analisada por dois momentos históricos relevantes, de 1981 a 1997 quando vigorou o CAFRM e, em um segundo momento, com a integração efetiva das mulheres à Marinha após 1997. O CAFRM foi um concurso público específico para mulheres, com regras próprias, muito mais rígidas do que os dos militares masculinos. Com a extinção do CAFRM, em 1997, foi criado o Corpo Auxiliar de Praças, em que as mulheres passaram a disputar o processo seletivo também com homens, apesar do CAP trazer avanços com relação as possibilidades de promoção e estabilidades de forma mais justa e igualitária com os homens, as mulheres continuaram sendo proibidas de trabalhar em OMs “do mar” como navios e submarinos. As mulheres Oficiais passaram a ingressar no Corpo de Saúde, no Corpo de Engenheiros e no Corpo Auxiliar, mas também com restrições ao embarque (LOMBARDI, 2010).

Até o ano de 2014, as mulheres não podiam ingressar na Escola Naval. A EN possui três núcleos de formação específica, sendo o Corpo da Armada, Corpo de Intendentes e o Corpo de Fuzileiros Navais. Em abril de 2017, o Comandante da Marinha decidiu ampliar a participação de oficiais e praças femininas em atividades de aplicação efetiva do Poder Naval, autorizando o embarque de mulheres em navios e

unidades de tropa. Dessa forma as oficiais passarão a ingressar nos Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais, a partir da Escola Naval. As praças femininas, também, poderão fazer parte do Corpo de Praças da Armada, o que permitirá o embarque em meios do setor operativo. Logo, pretende-se, com a matéria, fazer um retrospecto do corpo feminino deixando de ser um mero figurante para o protagonismo ao lado do corpo masculino.

3 OBJETIVOS

O intento deste trabalho é redigir uma reportagem de grande imersão sobre a efetiva entrada das mulheres no Corpo de Fuzileiros Navais e no Corpo da Armada. A ideia é mostrar o dia a dia dessas mulheres fazendo um panorama feminino na Marinha. Ao fim desta pesquisa, o propósito é explanar para a sociedade respostas para as perguntas formuladas. O objetivo é mostrar que, todas as mulheres que querem estar no Corpo de Militares da Marinha do Brasil, oriundas da Escola Naval ou não, podem realizar, dentro de suas características fisiológicas, as mesmas funções de um militar do sexo masculino, chegando ao Almirantado. Tendo, por objetivos específicos entrevistar militares para conhecermos suas vivencias.

4 JUSTIFICATIVA

Para melhor entendimento da abordagem do tema da referida monografia, é de extrema importância contextualizar e explanar sobre o surgimento da Marinha do Brasil e suas mudanças ao longo dos anos.

Primeiramente, será apresentada a história da então Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos até o surgimento do Comando da Marinha. Por fim, o capítulo abordará a efetiva entrada das mulheres e as mudanças ao longo dos anos.

4.1 Breve História da Marinha do Brasil

Em 1736, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos foi criada por D. João V. Porém, em 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, foi necessário haver uma reestruturação do que era a Marinha. Durante o Império, a Marinha do Brasil, então chamada de Armada Nacional se mantinha equipada. Durante os eventos da Proclamação da República, a Marinha Imperial era uma das instituições mais devotas a D. Pedro II, porém, durante a

República Velha, foi se tornando obsoleta por conta de seus navios, principalmente por conta do Exército. Na Primeira Guerra foi enviada uma esquadra para patrulhamento do Oceano Atlântico e na Segunda Grande Guerra, participou de patrulhas antissubmarino e de proteção aos comboios de suprimentos que cruzavam o Oceano Atlântico (ATAC, 2020).

O estopim para a criação do Corpo de Fuzileiros Navais foi a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807. Durante o traslado, a segurança da Corte Portuguesa era de responsabilidade da Brigada Real da Marinha, em Lisboa. Com a chegada ao Rio de Janeiro, em 1808 foi necessário intervir com a criação do Corpo de Fuzileiros Navais. Com a Independência da República, se fazia cada vez mais oportuno o estabelecimento da tropa de marinheiros-fuzileiros para defender a Nação que nascia. Em 1822, o Imperador criaria o Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro, destinado aos militares remanescentes do Batalhão de Fuzileiros-Marinheiros, após a partida de D. João VI. Neste momento, a Marinha tinha dois corpos: a Artilharia de Marinha, responsável pela operação e cuidados dos armamentos de bordo, manuseio de munição, proteção e defesa e desembarque de navios, além do guarnecimento, e a Armada, que administrava e operava os navios sendo também responsável pela navegação (ATAC, 2020).

Já o Corpo de Intendentes da Marinha do Brasil foi criado em 1770, quando D. José I e o Marquês de Pombal assinam o Alvará de criação do Intendente da Marinha no Arsenal da Bahia. Seis anos depois era criada a Real Junta de Fazenda, presidida pelo Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Em 1890, após uma reorganização, o Corpo de Fazenda da Armada (depois, Corpo de Comissários da Armada, e, posteriormente, Corpo de Intendentes da Marinha) fora criado, determinando que uma Brigada de Fiéis fosse criada para ajudar os Comissários nos mais diversos serviços incumbidos a bordo dos navios e nos estabelecimentos de Marinha. Nove anos depois, a referida Brigada passou a ser constituída por um quadro do Corpo de Oficiais Inferiores (ATAC, 2020).

O Corpo dos Oficiais da Armada na Marinha do Brasil fora criado no início do século XIX. Com a implementação dos navios a vapor na Armada brasileira, em 1825, foi necessário agregar novos marinheiros na Armada, como maquinistas e foguistas, que, quando embarcados em navios, não tinham classificação em qualquer hierarquia militar. Em 1889, foi necessário reorganizar o quadro de Oficiais do Corpo da Armada, de acordo com os princípios estabelecidos pelas grandes potências europeias,

regularizando o modo pelo qual os oficiais da Armada deveriam ser reformados voluntária ou compulsoriamente, criando um Quadro Extraordinário. Muitos anos depois, em 1940, foi criado o primeiro posto de Contra-Almirante para o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, e em 1943 a de Guarda-Marinha Fuzileiro Naval. No mesmo ano a Escola Naval iniciou um curso regular de Aspirantes Fuzileiros Navais. Em 1949 foi criado o posto de Vice-Almirante no Corpo de Fuzileiros Navais e em 1980 o de Almirante-de-Esquadra (ATAC, 2020).

Em 1999, com o fim do Ministério da Marinha, foi criado o Comando da Marinha, subordinado ao Ministério da Defesa e ao Presidente da República. Dentre seus órgãos, podemos destacar o Comando de Operações Navais, responsável por comandar os navios e meios da Marinha, se organizando através dos nove Comandos dos Distritos Navais, com cada território subordinado a um comando naval de área incumbido de administrar a região. Além disso, existem as Salvamar, as cinco áreas na região costeira e duas no interior, destinadas ao Serviço de Busca e Salvamento da Marinha, sediando um Centro de Coordenação de Salvamento Marítimo (POLITIZE, 2020.)

Já o Comando da Força de Fuzileiros Navais da Esquadra, lidera o Corpo de Fuzileiros Navais, liderando as operações em terra. O Comando de Controle do Tráfego Marítimo é responsável por garantir a segurança do tráfego marítimo e de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo país, relativos ao assunto. O Comando-em-Chefe da Esquadra é responsável por manter os comandos subordinados em prontidão para operações navais e pela esquadra propriamente dita.

A Esquadra é subdividida em forças, organizadas de acordo com o ambiente operacional em que suas unidades atuam, sendo o Comando da Força de Superfície, os navios de superfície como fragatas e corvetas; o Comando da Força de Submarinos, submarinos; o Comando da Força Aeronaval, composto por helicópteros e aviões. A Esquadra brasileira é apoiada pela Base Naval do Rio de Janeiro, pela Base Almirante Castro e Silva e pelo Centro de Adestramento Almirante Marques Leão.

Atualmente, a Marinha do Brasil participa da Força Interina das Nações Unidas no Líbano. O Brasil lidera, desde 2011, quando entrou na missão com uma fragata e uma aeronave embarcada. Em conjunto com outros países, participa de patrulhas para impedir a entrada de armas e contrabandos no Líbano e no treinamento da força naval libanesa (POLITIZE, 2020).

4.2 Mulheres e a Marinha

A Marinha do Brasil possui suas próprias normas e regras. É uma instituição que é expressão da própria organização social, e a constituição de valores baseados na hierarquia e disciplina torna mais evidente a divisão de poder na própria sociedade, onde as mulheres possuem menos chances de ocupar cargos de comando e direção (ALMEIDA; SANTOS & BARRETO, 2019).

As mulheres puderam ser incluídas nas fileiras da Marinha do Brasil em 1980, com a criação da Lei 6.807, com inclusão do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), integrado por dois Quadros, o Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais e o Quadro Auxiliar Feminino de Praças. A justificativa era a expansão da Força, através de uma reestruturação no setor marítimo, anfíbio e aéreo com a compra de equipamentos no exterior e a construção de outros no país. No ano seguinte, foi publicada a Portaria 1356, de 14/9/1981 e a Instrução Militarminst 108102, de 13/1/1981, onde normas de conduta ético-militar e de apresentação em atividades sociais e para apresentação pessoal e o uso de adornos das militares foram aprovadas.

Os dois primeiros concursos femininos, em 1981 e 1982, pretendiam inserir no quadro de oficiais mulheres formadas em nível superior nos cursos de farmácia, medicina, comunicação social, odontologia, enfermagem, serviço social, psicologia, educação física, estatística, processamento de dados, pedagogia, nutrição, meteorologia, engenharias eletrônica e cartográfica. Enquanto o Quadro Auxiliar Feminino de Praças buscava inserir as mulheres tecnólogas em mecânica de precisão, processamento de dados, documentação médica, prótese dentária, fisioterapia, artes gráficas, contabilidade, cartografia, eletrônica, estatística, análises clínicas, enfermagem, desportos, laboratório médico, reabilitação, radiologia médica, meteorologia, secretariado, geodesia, auxiliares técnicas em radiologia e administração hospitalar.

Lombardi (2010) comenta que o ingresso das mulheres nas Forças Armadas é um processo recente, acontecido durante os últimos trinta anos e que instigou poucos estudos sob a perspectiva das relações sociais de gênero ou de sexo. E que, por conta do disso, pouco se produziu sobre os processos de inserção e integração das mulheres na Marinha brasileira. Lombardi (2010) afirma que a integração das mulheres nas fileiras da Marinha do Brasil pode ser analisada em dois momentos históricos relevantes: De 1981 a 1997, quando estavam sob o comando do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e, com a integração efetiva das mulheres à Marinha após 1997.

O CAFRM foi um concurso público específico para mulheres, com regras próprias, muito mais rígidas do que o concurso proposto aos militares. Com sua extinção em 1997, foi criado o Corpo Auxiliar de Praças, onde as mulheres disputavam vagas com homens. Mesmo com os avanços do CAP quando se pensava em promoções e estabilidade promoção e estabilidades igualitárias com os homens, as mulheres ainda estavam proibidas de trabalhar em Organizações Militares marítimas. As mulheres Oficiais passaram a ingressar no Corpo de Saúde, no Corpo de Engenheiros e no Corpo Auxiliar, também restritas as Organizações Militares em terra (LOMBARDI, 2010).

Durante a década de 70, muitos países passaram a inserir mulheres em suas Forças Armadas, recebendo a mesma formação dos homens onde sua participação era permitida. Antes disso, algumas literaturas afirmam a presença feminina nas Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial, onde elas prestavam serviços militar na área de saúde e tarefas de apoio em áreas de retaguarda, embora no front russo, muitas delas fossem pilotos de caças e centenas atuassem como guerrilheiras em situações de combate. Porém, findado o conflito, a grande maioria foi dispensada por julgarem-nas desnecessárias aquele serviço, embora em alguns países ainda mantiveram estas convocações (DOS SANTOS, 2009).

Até 2014, as mulheres não poderiam estudar na Escola Naval, a faculdade da Marinha do Brasil. A EN possui três núcleos de formação específica, sendo o Corpo da Armada, Corpo de Intendentes e o Corpo de Fuzileiros Navais. Por meio do Memorando nº 1, de 10 de abril de 2017, o Comandante da Marinha, decidiu ampliar a participação de oficiais e praças femininas em atividades de aplicação efetiva do Poder Naval, autorizando o embarque de mulheres em navios e unidades de tropa. Dessa forma, as oficiais ingressarão nos Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais, a partir da Escola Naval. As praças femininas também, poderão fazer parte do Corpo de Praças da Armada, o que permitirá o embarque em meios do setor operativo.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa fará um produto jornalístico no formato de uma matéria de grande imersão sobre a entrada das mulheres na Marinha do Brasil e os quarenta anos do feito. Para isso ocorra, serão entrevistadas militares para que seja possível realizar uma matéria multifacetada com mais de 10 laudas. Também será realizada uma revisão bibliográfica. Além disso, contará com pesquisas de sites.

Para melhor absorção da temática abordada na referida monografia, é preciso estudar o surgimento do Jornalismo Literário, seu contexto histórico e a famosa corrente americana New Journalism, além de apresentar outras terminações dentro do referências e suas influências no jornalismo brasileiro. Posteriormente, o capítulo abordará os principais estilos que compõem o Jornalismo Literário e sua utilização nesse formato de jornalismo. Para o embasamento teórico, foram utilizadas as literaturas de Lima (2009), Martinez (2009; 2017), Passos e Orlandini (2008) e Pena (2007).

A relação controversa entre o jornalismo e a literatura, trajetória que se perde nas dobras do tempo desde que ambos existem nos formatos que hoje conhecemos, ganhou um direcionamento instigante na década de 1960, mantendo-se viva e atual XXI adentro, se adaptando e criando novos formatos. No período culturalmente efervescente do new journalism, rompiam as amarras entre as identidades respectivas de jornalista e de escritor, gerando um novo patamar de possibilidade no cenário atual (LIMA, 2009).

5.1 Afinal, o que é Jornalismo Literário?

A primeira caracterização seria o jornalismo literário foi proposta por Tom Wolfe, em 1973, com base na presença de elementos do realismo social em reportagens publicadas principalmente em revistas e em livros-reportagem pensados como romances. Para Passos e Orlandini (2008), o jornalismo literário é visto como um conjunto composto por diferentes categorias textuais e gêneros discursivos, que não se configura como pertence ou variação do jornalismo predominante, mas um modelo paralelo e oposto, composto de suas próprias variações de modalidade.

Um dos primeiros a teorizar sobre o jornalismo literário, Tom Wolfe (2005) aborda-o como ruptura com os modelos jornalísticos então vigentes, embora já admita precursores como Joseph Mitchell e John Hersey. A visão da crítica norte-americana dos anos 60 e 70 sobre o que então se chamava Novo Jornalismo trazia, já na designação, esse caráter de novidade, rompimento com um passado. Rildon Cosson (2007) identifica que, por outro lado, manifestações semelhantes no Brasil, com as reportagens de Realidade, Jornal da Tarde e romances reportagem imbuíam-se, de acordo com críticos e praticantes, no resgate de uma "boa narrativa", ou seja, na filiação ao passado. A crítica norte-americana atual traça o início do jornalismo literário até o final do século XIX (CONNERY, 1992), com Stephen Crane, e aponta como pioneiros alguns escritores e jornalistas do século anterior, principalmente Daniel Defoe e James Boswell (KERRANE & YAGODA, 1997). Descreve-se,

assim, uma tradição jornalístico-literária da qual o Novo Jornalismo seria não o estopim, mas uma fase ou movimento. (...) É questionável, porém, classificá-lo como um subgênero do jornalismo a que chamaríamos tradicional, cujas fundações baseiam-se na distinção entre informação e opinião (de que derivariam os "gêneros" informativo e opinativo) e num cientificismo positivista, tendo suas variedades informativas desenvolvidas a partir da fórmula do *hard* e da estrutura de pirâmide invertida. Mário Erbolato enquadra o jornalismo literário (a que denomina "jornalismo diversional") dentro da corrente predominante como um gênero que contempla uma escrita "leve, original e agradável" (2001, p.44), que permitiria relativo embevecimento e a contemplação de temas que escapam aos *hard news*, função também atribuída à crônica (PASSOS, ORLANDINI, p. 76 e 77, 2008).

O conceito de jornalismo literário vai muito mais além do que um mero exercício literário ou de apenas de fugir das amarras da redação. Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira (PENA, 2007). Com os conceitos referidos acima, o teórico elaborou o que o mesmo chama de estrela de sete pontas, o que, para ele, é essencial a um texto do jornalismo literário:

Para o teórico a potência dos recursos do jornalismo não significa ignorar o que se aprendeu no jornalismo diário ou descartar suas técnicas narrativas no lixo: o profissional as desenvolve de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias profissionais. Vale ressaltar que os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes.

A segunda ponta da estrela recomenda ao jornalista ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, isto é, se desgarrar da periodicidade e da atualidade. Como não está mais preso as amarras do *deadline*, a fatídica hora de fechamento, não há a preocupação com a corrida, ou com o desejo do leitor em consumir os fatos que aconteceram em espaço de tempo mais imediato possível.

Para tal, é necessário ultrapassar as amarras da segunda ponta para chegarmos a terceira característica: proporcionar uma visão ampla da realidade. Para Pena (2007), a visão ampla não é um pleno conhecimento do mundo que nos cerca, pois, logo,

qualquer abordagem de qualquer assunto, será sempre um recorte. A preocupação do jornalismo literário é contextualizar a informação da maneira mais abrangente possível. Para isso, é preciso mastigar as informações, relacioná-las com outros fatos, compará-las com diferentes abordagens e localizá-las em um espaço temporal de longa duração.

Em quarto lugar, é preciso exercitar a cidadania. Quando escolher um tema, deve pensar em como sua abordagem pode contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum, para a solidariedade. Já a quinta característica do jornalismo literário rompe com as correntes do lide, que é uma estratégia narrativa inventada por jornalistas americanos no começo do século passado com o intuito de conferir objetividade à imprensa.

A sexta ponta da estrela evita os definidores primários, os sujeitos que ocupam algum cargo público ou função específica e sempre aparecem na imprensa. Como não há tempo no jornalismo diário, os repórteres sempre procuram os personagens que já estão legitimados neste círculo vicioso. Mas é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados.

Por último, a perenidade. Para Pena (2007), um escrito do gênero não pode ser efêmero ou superficial, diferente das reportagens diárias, que logo caem no esquecimento. O objetivo aqui é ficar. Para isso, é preciso fazer uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada, articulada em teias de complexidade e indeterminação.

Para Passos e Orlandini (2008), o jornalismo literário é um conjunto de diferentes categorias textuais e gêneros discursivos, não sendo necessariamente pertencente ou uma variação do jornalismo que nós conhecemos, mas um modelo paralelo e oposto, composto por suas diferenciações. Assim, os autores centralizam as características principais, tratando também dos elementos anteriores ao texto e elementos imanente ao texto levando aos processos batizados de imersão, expansão, precisão, subjetivação e experimentação.

Com elementos anteriores ao texto, os autores relacionam a preparação da narrativa (antes ou durante a estadia do repórter no campo) com a imersão, pesquisa intensiva ou exaustiva mais a convivência com o tema e personagens em longas entrevistas e acompanhamento do dia a dia, agregando duas diretrizes de Felipe Pena (apud PASSOS; ORLANDINI, 2008): a passagem do imediatismo do fato noticiado e o drible das fontes já legitimadas.

Sobre elementos iminentes ao texto, os autores ressaltam as questões materiais da construção textual, sendo a potencialização dos recursos do jornalismo e rompimento com as correntes do lead (PENA apud PASSOS; ORLANDINI, 2008) a grande finalidade, sendo possível o uso de muitos recursos literários como as figuras de linguagem, voz autoral, diálogos, ponto de vista, cenas em sequência e a descrição dos personagens e seus cenários (PASSOS; ORLANDINI, 2008). Para os elementos interacionais-receptivos, os autores apresentaram os princípios de realizar uma visão ampla da realidade e de atingir a perenidade, sendo preciso considerar os efeitos da narrativa, como a humanização e a imersão do leitor na realidade rerepresentada. Pensando nas restrições devido por conta das muitíssimas possibilidades de temas, Passos e Orlandini (2008) exemplificaram através de sete categorias básicas, dentre as quais destacaremos quatro, percebidas em publicações, não findando outras possibilidades composicionais em jornalismo literário.

O romance-reportagem, fazendo jus ao nome, é a junção entre os dois já aclamados gêneros, sendo formado pela factualidade relativa ao jornalismo hard, porém, sua estrutura é romântica. Cosson (apud PASSOS; ORLANDINI, 2008) estabelece o conceito como “em trânsito”, não tendo uma separação plena entre realismo e ficção. Geralmente, há uma relação com mais de um núcleo de personagens, trabalhando com deslocamentos no tempo e no espaço, não dando conta da vida inteira como as biografias, que são as obras, geralmente em livros, correntemente em ordem cronológica, que contam feitos e façanhas de pessoas.

Já o conto-reportagem apresenta narrativas de apoio a trama, expressões populares e situação dramatizada, sem foco em estatísticas. O conto-reportagem pretende contar alguma história, usando caminhos não usuais com uma grande carga lírica da situação como pano de fundo, tendendo para um final interessante, com conclusão temporal e espacial, enquanto a carta-reportagem é o recurso onde há uma apropriação da identidade e ponto de vista de um personagem, esvaziando o narrador. O jornalista, enquanto falante, arca totalmente o lugar de fala do sujeito, buscando não unicamente reproduzir ideologias, mas promover diálogo ou enfrentamento.

5.2 Contexto histórico

Lima (2009) discorre que a década de 1950 nos Estados Unidos tinha uma atmosfera triunfalista. O American Way Of Life e a persona do cowboy conquistador de fronteiras se alastravam mundo afora. A fé no poder do racionalismo lógico, da ciência e da tecnologia corria pelo planeta. A vida para um jovem norte-americano era simples:

crescer, se formar, trabalhar e ganhar dinheiro, casar e ajudar seu país a manter a democracia, evitando o avanço do imperialismo soviético. Contudo, duas correntes de questionamento avançam: a primeira operava nas universidades enquanto a segunda era radical, para romper com o modelo estabelecido, resultando nos hippies e em todo o movimento contracultural que explode na década seguinte.

Jovens rompem com os padrões tradicionais nas esferas da política, do conhecimento e do comportamento. Denunciam e se opõem à tendência beligerante da capital, resultando na queima pública das convocações compulsórias e nos movimentos populares contra a nova guerra que se travava, no Vietnã. Muitos, insatisfeitos com os paradigmas reinantes na cultura ocidental e na ciência cartesiana de seu tempo, exploram novas possibilidades nas filosofias orientais, no misticismo e no espiritualismo de todos os matizes e cores. Homens e mulheres iniciam a revolução sexual do amor livre. Artistas novos rejeitam os modelos de Hollywood e de toda a indústria cultural, produzindo filmes underground, música de protesto, fazendo crescer o rock and roll.

Neste contexto efervescente, Lima (2009) insere Tom Wolfe, Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese na constatação dos autores que os Estados Unidos viviam um momento especial, gerando um pitoresco campo temático de narrativas e, com isso, haviam muitas histórias interessante para contar, ao mesmo tempo que descobriam que descobriram que ninguém, no campo literário, abordava o rico território de possibilidades. Enquanto os grandes autores da escola do realismo social já estavam mortos ou aposentados, os novos não traduziam, em sua literatura, o fenômeno crescente. Então os quatro expoentes, nos Estados Unidos, passaram a se debruçar sobre a diversa gama dos acontecimentos (LIMA, 2009). Logo, os autores percebiam que era preciso juntar o bom texto literário com a precisão jornalística, além da compreensão de que a época pedia textos sensoriais, vibrantes e envolventes (LIMA, 2009).

Lima (2009) ressalta que os quatro não são os únicos representantes, ou mesmo pioneiros, visto que o jornalismo literário já podia ser visto em solo americano desde a década de 1920. A produção dessa literatura de não-ficção de alta qualidade não ficou restrita, naturalmente, a esses quatro grandes nomes. Muitos outros jornalistas também foram contribuindo para a ampliação desse gênero próprio.

Na América de língua espanhola, destaca-se Gabriel García Márquez por sua produção jornalística, como em “Relato de um naufrago” e “Notícias de um sequestro”. Vale ressaltar que o termo Literatura da Realidade remete a um dos grandes expoentes

da prática, Gay Talese, entendendo que o jornalista pode empregar diversos recursos literários para entregar da melhor maneira possível realidade que está cobrindo; enquanto a literatura criativa de não ficção é uma tradução do espanhol Periodismo informativo de *creación*, remetendo à *Fundación* Gabriel García Márquez para *El Nuevo Periodismo Iberoamericano* (MARTINEZ, 2017).

No Brasil, o trânsito entre jornalismo e literatura, e vice-versa, também tem acontecido longo do tempo, levado a cabo por profissionais da narrativa com essa flexibilidade de forma para se expressar ora na ficção ora na literatura da realidade. O fenômeno não é mais comum apenas pelas barreiras de autodefesa que cercam a prática do jornalismo, especialmente na sua versão mais afinada com o modelo linear convencional das fórmulas esquemáticas de hard news. O território mais apropriado para o direcionamento do talento narrativo à produção de peças de não-ficção é o mesmo o jornalismo literário, aberto às formas de maior beleza estética. Por isso, casos mais ilustrativos no país, tendem a estar associados a iniciativas de algum modo conectadas com o espírito dessa modalidade. Como na revista Realidade, que entre 1966 e o início da década de 1970, manteve acesa no Brasil a chama da produção continuada de reportagens marcadas pelo bom repórter e pelo bom contar (LIMA, p. 155, 2009).

Nas terras tupiniquins destaca-se como pioneiro o engenheiro carioca Euclides da Cunha com a chamada Guerra dos Canudos, no final do século XIX e João do Rio. Euclides segue para o interior da Bahia em agosto de 1897, como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, com o impacto ao chegar em seu destino, escreve Os Sertões (LIMA, 2009). Já João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto (1881-1921), fazia imersões na sociedade carioca para fazer relatos de profundidade como os do seu livro As religiões do Rio. Mesmo com as matérias digitais, no Brasil os livros-reportagem continuam sendo o local onde o jornalismo literário pode ser observado em toda sua potencialidade (LIMA apud MARTINEZ, 2017)

6 MATÉRIA JORNALÍSTICA

Em julho de 1980, através da Lei 6.807, foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), composto pelos Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais e o Quadro Auxiliar Feminino de Praças, tornando a Marinha do Brasil pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. A justificativa dos militares

era de que a Marinha precisava se reestruturar, necessitando de mais militares especializados para que os militares do sexo masculino pudessem ser transferidos para formar a tripulação dos novos navios.

Nos dias atuais, mais de 20 mil mulheres estão na ativa, sendo, aproximadamente 7% do efetivo militar brasileiro. Após a Marinha do Brasil, em 1980, permitir o ingresso, a Força Aérea Brasileira criou seu Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, no ano seguinte. Já o Exército Brasileiro começou a receber mulheres em 1992, na Escola de Administração. Em 2019, as mulheres também poderão fazer parte da atuação operativa da Marinha, ao poderem optar ingressar, pela Escola Naval, no Corpo da Armada ou o Corpo de Fuzileiros Navais. Visto que, no ano de 2014, com a primeira turma do segmento feminino, as aspirantes só poderiam optar pelo Corpo de Intendentes.

Enfoque/Encaminhamento: Através de uma cobertura feita em formato de longa reportagem, iremos fazer a linha do tempo dos 40 anos das mulheres na Marinha do Brasil e, traçando também uma breve linha do tempo da força marítima. Com isso, a matéria pretende informar a sociedade como se deu o processo da entrada das mulheres e do dia a dia das mesmas sob olhares das personagens do evento: As militares.

7 PROPOSTA DA MATÉRIA

Após finalização da matéria, pode-se criar uma série de matérias para expandir a ideia e expandir para as outras Forças Armadas, com a finalidade de divulgar uma carreira de extrema relevância para a sociedade brasileira, desmistificando alguns achares e se tornando um atrativo para todos os interessados em carreiras militares.

No mais, esse projeto propiciou um vasto aprendizado não somente na área acadêmica, mas também sobre a vivência militar e como é ser mulher em um meio ainda tão masculino e masculinizado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante trazer a luz dois assuntos muito contundentes a sociedade brasileira: a caserna e as mulheres. Além disso, matérias de grande imersão ou que simplesmente fogem do hard news, podem se enquadrar dentro do gênero do Jornalismo Literário e têm sido mais recorrente para além de destrinchar com mais espaço a pauta escolhida trazendo personagens que nos insiram na história.

A finalização desse projeto em todo o seu processo é de uma grande felicidade para a autora com a imersão em assuntos de interesses pessoais, além do encerramento de um ciclo muito importante que foi a graduação de jornalismo. Por fim, gostaria de ter gerado contribuições para a pesquisa sobre mulheres militares e a comunicação.

Ademais, este projeto não pretende ser um finalizador das pesquisas, mas sim um ponto de partida de uma extensa discussão. O estudo aqui trazido pode ser maximizado em diversas vertentes. Temas como as mulheres e suas carreiras oriundas da Escola Naval, mulheres e o assédio nas forças armadas podem ser alguns dos rumos para o estudo sobre as mulheres militares.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vitória; SANTOS, Bárbara Figueiredo & BARRETO, Elisangela Santos. **As Mulheres na Marinha do Brasil: Desigualdades Históricas e Contemporâneas**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. v. 16 n. 1, p13-22. 2019.

ATAC (ASSOCIAÇÃO DA TURMA ASPIRANTE CONDE). **História Do Corpo de Fuzileiros Navais**. <http://atac.org.br/fuzileiros_navais/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ATAC (ASSOCIAÇÃO DA TURMA ASPIRANTE CONDE). **História da Intendência na Marinha do Brasil**. <http://atac.org.br/intendencia_na-_marinha/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ATAC (ASSOCIAÇÃO DA TURMA ASPIRANTE CONDE). **História dos Oficiais da Armada na Marinha do Brasil**. <http://atac.org.br/historia_dos_oficiais/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 21 abr. 2020.

DOS SANTOS, Lauciana Rodrigues. **A participação das mulheres nas Forças Armadas brasileira: um debate contemporâneo**. 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo e literatura: aproximações, recuos e fusões**. *Anuário Unesco/Methodista de comunicação regional*, v. 13, n. 13, p. 145-159, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano M. **As Mulheres na Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil**. Textos FCC, v. 30, 2013.

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 529, 2010.

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Revista Contracampo, v. 2, n. 17, p. 43-58, 2007.

PASSOS, Mateus Yuri; ORLANDINI, Romulo Augusto. **Um modelo dissonante: caracterização e gêneros do Jornalismo literário**. Revista Contracampo, n. 18, 2008.

Marinha do Brasil: História e Organização. **Politize** <<https://www.politize.com.br/marinha-do-brasil-historia-e-organizacao/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas**. Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 40, n. 3, 2017.

Recebido em: 02/07/2023

Aprovado em: 05/07/2023

Publicado em: 08/07/2023